

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE  
CONSELHO SUPERIOR

Ata 01/2018  
Reunião ordinária de 28 de março de 2018

Aos vinte e oito dias de março de dois mil e dezoito, o Conselho Superior do Instituto Federal Sul-rio-grandense reuniu-se na Sala dos Conselhos Denise Bonow, sob a presidência do reitor, professor Flávio Luis Barbosa Nunes. Compareceram os conselheiros e convidados Berenice Mattos da Silva, Rita de Cássia Dias Costa, Thais Burlani Neves, Gisele Lopes Heckler, Álvaro Luiz Carvalho Nebel, Fernando Jassin Gutierrez, Nelson Luiz Reyes Marques, Emanuel Marques Queiroga, Jonatas Rosa da Silva, Ronaldo Matias Tavares Júnior, Tales Emilio Costa Amorim, Gabriel Rockenbach de Almeida, Raquel Sperb Xavier, Bruna Corvello Stifft, Marco Antônio Vaz, Paulo Ott Tavares, Vitor de Abreu Rodrigues, Celso Silva Gonçalves, Francilon Lima Simões, Luis Felipe Costa Cunha, Max Lindoberto Castro Gonçalves, Leticia Santos da Silva, Maria Eduarda Simões de Lima, Fabian Eduardo Debenedetti Carbajal, Antônio Carlos de Madalena Genz, Ricardo Neves Cabral, Cristian Oliveira da Conceição, Fernando Luis Herrmann, Gabriele Laís Mandler, Raylon Gabriel Pinheiro da Silva, Carlos Jesus Anghinoni Corrêa, Milton Britto de Almeida, Maria Regina Rosa Lima, Daiane Nogueira Luche, Juliano Poleze, Jeferson Fernando de Souza Wolff, Diego Afonso da Silva Lima, Marcos Roberto Prietto Schwantz, Daniela da Rosa Curcio, Mack Léo Pedroso, Tomaz Fantin de Souza, Marlise Sozio Vitcel, Alison Santos Martins, Rocelito Lopes de Andrade, Voldinei Vargas da Costa, Laís Milena Rosa Corrêa, Cláudia Redecker Schwabe, Claire Gomes dos Santos, Clotilde Conceição Victória, Laerte Radtke Karnopp, Daniela Volz Lopes, Guilherme Ribeiro Rostas, Vinícius Martins, Ana Paula Nogueira e Silva e Carla Simone Guedes Pires. Justificaram ausência os conselheiros Fernando Alves Alderette, Fernanda Graciele Bispo de Oliveira, Giulia D'Ávila Vieira, Silvia Elena Koth Sedrez, Alexandre Pitol Boeira, Edimara Luciana Sartori, Gláucia Carine Tasso dos Santos, Almir Menegaz, Renan Garcia Nunes, Moisés Beck, Mauro Castro Martin, Carla Cristiane Martins Viana, Flávia Katrein da Costa, Michele Roos Marchesan e Helena Miranda da Silva Araujo. Após cumprimentar os presentes, o presidente deu **posse aos novos conselheiros**: Claire Gomes dos Santos, Bruna Corvello Stifft e Raquel Sperb Xavier. Posteriormente pediu autorização para **incluir pauta encaminhada pela FAIFSUL**, aceita. Continuando, informou sobre a **reunião** que haverá em Brasília, em 08 de abril, para discutir o **reordenamento dos institutos federais do RS**. Salientou que ainda não existe nenhum informe oficial do MEC sobre a proposta e que existe muita especulação. Disse estar receoso e ser contrário à proposta, inclusive temendo segundas intenções do governo. Submetida à votação, a **ata 07/2017** foi aprovada, após ser trocada a expressão escolas particulares por escolas não públicas. Submetida à apreciação, os conselheiros homologaram a **Portaria ad referendum 566/2018**, que alterou o Plano de Oferta de Vagas do câmpus Sapucaia do Sul. O servidor Adriano Rodrigues iniciou a apresentação o **Relatório de Gestão 2017**, lendo o parecer da Auditoria Interna. A servidora Luciana Loponte pediu permissão para falar e, sendo concedida, disse não constarem as obras na garagem e na biblioteca do câmpus Charqueadas. A conselheira Marlise Vitcel explicou que os dados sobre visitas técnicas do câmpus Sapucaia do Sul vieram com erro e hoje será enviado memorando para acerto. Os conselheiros Fernando Gutierrez e Marlise Vitcel questionaram alguns dados referentes à Assistência Estudantil, que divergiam dos informados pelos câmpus. A pauta foi suspensa para que os servidores apurassem as inconsistências e fizessem os devidos acertos, devendo voltar à tarde para apreciação final. Entrou em análise o **Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna 2017 – RAIN**. Não havendo nenhum destaque, o documento foi aprovado por unanimidade. A seguir, o presidente do Conselho propôs a deflagração do **processo eleitoral para diretor-geral do câmpus Santana do Livramento**, para mandato complementar, até a próxima eleição para reitor, aprovada



por unanimidade. O presidente lembrou que precisa definir a pré-COE e que o processo deve estar concluído em 90 dias, com a posse do diretor eleito. O presidente apresentou proposta de **calendário para reuniões do CONSUP**. O pró-reitor Guilherme Rostas, autorizado a falar, disse que a data proposta para a reunião de maio deixa um prazo escasso para liberar projetos que estão para aprovação na CAPED. Foi proposta e aceita a alteração da próxima reunião para 7 de junho. O conselheiro Mack pedroso sugeriu a inclusão de reunião em novembro. O presidente propôs que, na reunião de setembro, seja feita uma avaliação para definir a necessidade de reunião no período proposto, podendo chamar uma extraordinária. O calendário foi aprovado, com uma abstenção. A conselheira Marlise Vitcel propôs alteração no início das reuniões, alegando dificuldade de horário de ônibus, se não contar com o veículo oficial. Propôs início às 8 horas ou às 14 horas. Vários conselheiros defenderam a manutenção do horário atual, 10 horas. Colocadas em votação as duas propostas: 1) manter o atual horário; 2) alterar o horário, foi vencedora a primeira proposta por contraste, havendo 6 votos para a segunda e 3 abstenções. O próximo assunto foi o **excesso de reuniões em Pelotas**. A conselheira Thais Neves disse ser importante equilibrar os deslocamentos dos servidores e também utilizar a webconferência, inclusive para outros grupos. Colocada em votação, a proposta de reuniões alternadas Reitoria/câmpus foi aprovada por unanimidade. O presidente perguntou quem gostaria de sediar as reuniões. Manifestaram-se os diretores dos câmpus Sapiranga (reunião de junho) e Venâncio Aires (setembro). Sobre webconferência, o presidente disse haver comissão estudando o assunto e questionou o conselheiro Francilon Simões, um dos membros da referida comissão, que deverá trazer uma proposta efetiva na próxima reunião do CONSUP. Foi apresentado para apreciação o **Regulamento do Núcleo de Educação a Distância - NEAD**, do câmpus Sapucaia do Sul. A conselheira Gabriele Mandler pediu a definição da grafia da sigla, que aparece em dois formatos, tendo sido acordado que a grafia seria com todas as letras maiúsculas. O pró-reitor Guilherme Rostas, autorizado a falar, lembrou que o regulamento não estabelece nenhum vínculo com a PROEN. Colocado em votação, foi aprovado, com 3 abstenções. O presidente Flávio Nunes falou sobre a **jornada de 30 horas dos servidores técnico-administrativos**. Relatou a dificuldade em acessar os documentos, dificultando os recursos; disse que tem feito reuniões com a gestão, CODIR e SINASEFE; que atualmente temos documento transitado em julgado, que regulamente as 30 horas; que TCU não pode tratar temas que o STF já tramitou transitado em julgado; que precisa tranquilidade para enfrentar TCU; que o recurso protocolado junto ao TCU ontem chegou às mãos do relator; que há movimento do CONIF contrário à manifestação do relator; que não irá implantar as 8 horas na primeira decisão do TCU. A conselheira Gabriele Mandler disse que na portaria 536/2003, não consta o regulamento da flexibilização da jornada de trabalho dos servidores técnico-administrativos e gostaria de saber quando seria disponibilizado. O presidente disse que a publicação depende de questões operacionais; que ela foi feita ainda para o CEFET, mas a lei explicita que o CEFET é quem deu origem ao instituto. A conselheira Leticia Silva disse que há setores que não atendem 12 horas e questionou se quem vai organizar o atendimento será a gestão ou se haverá um padrão da reitoria determinando como será, considerando o número pequeno de servidores. O presidente respondeu que compete à gestão, pois a reitoria não tem como saber o dia a dia dos câmpus, ressaltando que deve ser definido o melhor horário para atender o público, não o servidor. O servidor Emanuel Queiroga citou o seu departamento, que é técnico, tem dois servidores, cada um com funções bem distintas e disse que precisa maior envolvimento da reitoria para definir se o setor tem ou não que fazer 12 horas ininterruptas, se não tem condições, caso contrário não precisa ter reitoria. A conselheira Daiani Luche agradeceu a postura dos gestores/reitor por assumir a situação, que exige muita disponibilidade do reitor. O presidente disse que, por causa do nosso acórdão o Colégio Pedro II já voltou para 8 horas. A conselheira disse que num momento difícil desses é importante a postura do gestor, dos trabalhadores e também da sociedade, porque ela é beneficiada com o atendimento ininterrupto. Preocupa-se por ter que defender as seis horas, que é melhor para o trabalhador e a sociedade, mas também tem que defender as 12 horas ininterruptas, com a quantidade de servidores que temos, o que é o mais complicado; que é preciso entrar em acordo e muito cuidado porque alguns gestores podem apertar os servidores no sentido de ter que fazer isso, aquilo, porque é um compromisso de todos pois não pode acontecer de vierem e encontrarem



fechado um setor que deveria estar aberto; então é preciso organizar o atendimento ao público; se um setor não tem condições, juntar a outro, para que o público chegue, tenha o atendimento e a sua dúvida sanada. Que é preciso fazer uma conscientização, pois é um direito, mas a gente tem que lutar por ele, dar nossa contrapartida, que é não deixar o público sem atendimento; que pode ser feita uma central de informação em cada câmpus, que entenda um pouquinho de cada setor. O conselheiro Mack Pedroso disse que não cabe à reitoria organizar o atendimento dos câmpus, que isso é atribuição de cada gestor, que tem que organizar com seus pares a melhor forma de cumprimento. O presidente lembrou que estamos longe de ter o quadro de servidores completo, que isso é mais grave nos câmpus da fase 3 e não tem perspectiva de que sejam completados. Faz 3 anos que não vem código de vagas ou banco, que tem sido feita cobrança constante junto ao MEC e à SETEC; que o CONIF tem cobrado junto ao MPOG, por meio de reuniões e ofícios; temos que nos ajustar a nossa realidade; acredita que a forma como estão montados os institutos, gestão da reitoria, gestão dos câmpus é importante e continua a defendê-la, porque a reitoria não tem como estar diariamente nos 14 câmpus, a legislação confere autonomia ao diretor. Enquanto reitoria, tem que trabalhar as políticas e também em conjunto com os câmpus, o que tem sido feito. Quanto à fala do conselheiro Emanuel Queiroga, de para que reitoria deve se envolver mais nos câmpus, acha que deve ter as duas instituições, porque se o reitor tiver que verificar todas as questões dos câmpus, o inverso vale também, para que os diretores atuem na ponta do processo e a reitoria dê o apoio; que considera a forma que temos como a melhor, os diretores fazendo o trabalho na ponta do processo e a reitoria no suporte e trabalho das políticas junto com os diretores. Não vamos ter solução para todos os problemas, mas não tem como fugir da portaria 536, então precisamos nos adequar a ela e quer que permaneçam as 6 horas para todos os servidores, evitando o caos na instituição se houver servidores com 6 e com 8 horas. Reforçou a necessidade de adequação e disse deixar na mão dos diretores; se ele tiver alguma situação que precise, converse com o reitor, mas ele também não terá solução para todos os casos. O conselheiro Gabriel Almeida falou sobre o **ponto dos docentes**; que saiu parecer sobre um mandato em Pernambuco sobre pedido de isonomia para as carreiras de magistério superior e EBTT; que com a RAD vai ter muita cobrança sobre isso e que talvez o ponto pudesse ser liberado. O presidente disse que não foi concedida liminar; que o MP de Petrolina emitiu um parecer dizendo que deveria ter isonomia, mas já houve posicionamentos de outros MP contrários ao parecer e no IF Pernambuco continua o registro normal do ponto. O que tem de certo é a existência de um GT na SETEC verificando se vai haver alguma modificação na forma do registro de ponto dos docentes para que haja essa equiparação. Autorizado a falar, o pró-reitor Nilo Pozza confirmou que o parecer não foi acatado pela seção judiciária de Pernambuco; que o IFPE foi cobrado pela implantação do ponto eletrônico. Lembrou que o Ofício-circular MEC 08/2015 determina a adoção do controle de ponto para os docentes EBTT; que só vê duas alternativas possíveis para modificar isso: o sindicato reivindicar como forma de greve para alterar o decreto 1590 ou a unificação das carreiras do magistério federal. O conselheiro Francilon Simões questionou possibilidade de flexibilização de ponto no período de obras de seu câmpus, pois em dia de muitos servidores no câmpus não há espaço para trabalhar. O presidente disse que deveria ser feita demanda oficial para buscar resolver o problema. Autorizada a falar, a servidora Luciana Loponte, sobre a situação em PE, disse que houve liminares separadas para docentes e técnicos; que o Sinasefe nacional já colocou como ponto de pauta de greve a extinção do controle de ponto. O servidor Adriano Rodrigues abordou o **Relatório de Gestão**, justificando os questionamentos feitos anteriormente: a obra foi entregue em 2016, nos dados da assistência estudantil o título foi alterado para benefícios concedidos; especificado que os recursos são estrangeiros; a conselheira Gabriele Mandler pediu que fosse acertada situação dos representantes do câmpus Sapiranga. Sobre dados da Assistência Estudantil, o conselheiro Fernando Gutierrez disse que os dados não estão corretos, se cada atendimento for um benefício; se for número de pessoas também está errado. O presidente solicitou que contatado o DEGAE para dirimir dúvidas e definir os dados do relatório. Havendo quórum exigido, o conselheiro Carlos Corrêa falou sobre a **alteração regimental do câmpus Pelotas**, dizendo haver problema sério de estudo e estrutura, pela desatualização do regimento interno (2011), que dificulta o encaminhamento do gerenciamento de ações promovidas pela reitoria; que o



Departamento de Administração tem coordenadorias *pro-tempore* desde 2010; que o câmpus é o único que tem uma caixinha dentro do sistema para credenciamento do SISTEC; que hoje as coordenadorias de Assistência Estudantil, Orientação Educacional e Apoio Pedagógico estão ligadas a uma coordenadoria de Apoio Pedagógico e Assistência Estudantil que existe de fato, não de direito. Foi aprovado o Departamento de Aprendizagem, Permanência e Êxito para substituir a referida coordenadoria e o que solicita é a efetivação dessa troca; que as competências seriam trabalhadas em paralelo, discutidas com a comunidade; que o trabalho do departamento já está sendo feito, em articulação com o programa institucional de permanência e êxito, embora ele se encontre perdido dentro do organograma. O conselheiro Milton Almeida disse ser um assunto complexo, que envolve competências e não foi devidamente discutido e, como representante docente, não tem condições de se posicionar no momento. A conselheira Maria Regina Lima disse ter sido tema amplamente discutido durante a campanha eleitoral e validado pela comunidade que deu aval para o diretor; que quanto às atribuições, elas são técnicas e foram aglomeradas da coordenaria a que pertence o departamento, não vendo necessidade de discussão; manifestou-se favorável à aprovação da pauta. Autorizada a pronunciar-se, a diretora Ana Paula Silva disse já ter conversado com o pessoal do câmpus Pelotas sobre as questões técnicas; explicou que não é possível alterar organograma sem alterar o regimento interno e para que este seja alterado, precisa além da discussão com a comunidade, que feita a exclusão daquela coordenadoria e de todas as suas competências e a inclusão do departamento com suas próprias competências, para não ter um departamento com competência que eram atribuídas a uma coordenadoria. Com relação à operacionalização desse processo, sempre são solicitados pareceres dos setores sistêmicos da reitoria, para evitar qualquer questão que infrinja o regimento geral ou alguma questão externa, situações já explicadas ao câmpus. Para a alteração, caberia ao câmpus trazer proposta definindo as competências para conhecer como ficariam no documento final. Com relação à atuação do Departamento de Apoio, criado em agosto do ano passado, ele tem legitimidade, foi aprovado pelo Conselho como estrutura *pro tempore* ligada ao Departamento de Ensino. Com a ausência de alguns servidores para resolver as dúvidas referentes ao Relatório de Gestão, não houve quórum para votação, que ficou postergada para a tarde. O conselheiro Nelson Reyes manifestou-se sobre a revista **Thema**, dizendo que gostaria de esclarecer o voto dado por ele no Conselho passado, pois teve que afastar-se mais cedo da reunião para participar de banca; que a pauta não tem nada a ver com a PROPESP; que a proposta feita para que os editores fizessem parte do programa *stricto sensu* foi no sentido de qualificar da revista; que a revista, em fevereiro 2016 recebia média de 10/12 artigos por ano; hoje, esse número é diário; hoje tem 45 instituições publicando a revista, 35 programas de pós-graduação; tem certeza que este ano a revista vai receber e melhorar o *qualis* em várias áreas, que pretende-se que ela chegue logo em A2; basta que o editor continue sendo nomeado pelo pró-reitor e só o editor-chefe escolheria 2 a mais para trabalhar; que a sede revista é na sua casa da e que a ela dedica, com boa vontade, muito de seu tempo livre; que o ajuda é o Betemps e a Maria Isabel; que antes de enviar os artigos recebidos das várias instituições, aos avaliadores, hoje mais de 600, alguns estrangeiros, passa por antivírus; faz correções. Sugeriu que o conselho editorial tivesse um de cada câmpus; que fica chateado quando dizem que o CaVG quer tirar a revista, que todos são um só; que hoje a revista precisaria de 3 pessoas, 40 horas com DE. O presidente agradeceu o trabalho que o conselheiro vem desenvolvendo com a revista. Após pausa para almoço, a reunião recomeçou, com a apresentação da **Política de acompanhamento de egressos**. A pró-reitora Gisela Silva explicou que o documento já passou pelo CODIR e foi enviado para os representantes de extensão dos câmpus; perguntou se havia alguma proposta de alteração. A conselheira Daniela Curcio pediu para fazer algumas considerações, disse que teve comissão para construir o regulamento e o questionário, mas o documento não foi fechado dentro da comissão até o momento de ser inserido na pauta; que algumas sugestões já devem ter sido feitas na reunião da manhã. O servidor Miguel Felberg disse que foi fechado, que a última reunião foi com todos os representantes dos câmpus; que antes da reunião onze câmpus já tinham enviado sugestões; que a minuta foi fechada depois da reunião com os representantes do câmpus e reitoria. O conselheiro Fernando Gutierrez propôs alterar no art.1º, item 2, incluindo no texto "revisão e organização curricular"; no art. 6º item 1 sugere incluir também para o "coordenador de



curso" a responsabilidade... Para o questionário, questão 6, perguntar quais disciplinas precisam ser melhoradas. O servidor Miguel Felberg disse que a opção foi não ampliar todo questionário, deixando para que exista ampliação conforme as ações de cada câmpus. O conselheiro sugeriu incluir presencial, na questão 17. A conselheira Daiani Luche apresentou as observações oriundas do câmpus Pelotas: insuficiência da discussão da minuta e do questionário, falta de clareza da operacionalização funcional da política proposta, nebulosidade na definição de quem fará parte da comissão permanente de egressos, questionando por que nela não há representação dos câmpus e por que não há criação de comissão análoga nos câmpus e por que a CAMEX não faz parte desta política de acompanhamento de egressos. Propôs mais uma rodada de discussão entre os câmpus e a comissão que elaborou a minuta. A pró-reitora Gisela Duarte respondeu que na gestão anterior houve 8 reuniões, com comissão de reitoria, que a atual deu continuidade chamando representantes dos câmpus. O servidor Miguel Felberg explicou que chamou representantes dos câmpus, tendo a minuta sido fechada em reunião com a participação dos 14 representantes. Após amplas discussões, o presidente encaminhou à votação duas propostas. 1ª) transferir a discussão do documento em próximo CONSUP; 2ª) avaliar a minuta como apresentada hoje. A primeira proposta foi vencedora por contraste, com 3 abstenções. A conselheira Daiani Luche disse que os representantes do câmpus alegam não ter havido uma segunda reunião, tendo sido encaminhada a minuta já fechada. A conselheira Marlise Vitcel pediu que nos documentos oficiais do instituto fosse adotada uma linguagem inclusiva, suprimindo a palavra homem. Entrou em pauta **Empresa Júnior do IFSul**. A pró-reitora Gisela Duarte disse ter recebido sugestões dos CaVG e Lajeado. O servidor Miguel Felberg explicou que a Lei 13.267 determina que seja apenas para alunos para alunos de cursos superiores, mas ela abre para participação de alunos do ensino médio e da pós-graduação, como partícipes do projeto; que neste primeiro momento atenderão apenas o que a lei permite, mas vai buscar a inclusão dos demais níveis, até por atendermos mais técnicos. A conselheira Daniela Curcio questionou se, juridicamente, o regulamento abre possibilidade para atender situações como economia solidária; também, sobre o art. 5º, onde consta plano acadêmico, se não poderia ser de negócios, já que é um plano de empresa. O presidente defende o uso de plano acadêmico, pois o objetivo não é ter uma empresa dentro do IFSul, é ter uma utilidade, um resultado dentro da proposta do curso que o aluno está fazendo. A conselheira Claire Santos questionou se o documento passou pela CAMEX. A pró-reitora disse que o documento foi encaminhado pela CAMEX e as sugestões recebidas são resultado desse encaminhamento; também explicou que todos os Institutos usam plano acadêmico. O presidente colocou em votação as propostas: 1) manter o art. 5º como consta no documento; 2) incluir um item, acrescentando plano de negócios. A primeira proposta foi aprovada por contraste, com 03 abstenções. A conselheira Daniela Curcio questionou o texto do art. 6º, § 2º, ficando definida a inclusão da expressão "...a solicitação de..."; no art. 10, § 2º, pediu substituir "legislação vigente" por "regulamento", aceito e no art. 23, alterar da mesma forma que proposto para o art. 6º, aceito. A pró-reitora Gisela Duarte ratificou que o fechamento do documento foi feito pela CAMEX. Explicou que o plano acadêmico é aprovado dentro do curso e pode ser adaptado para empresa da área de economia solidária. A conselheira Marlise Vitcel propôs incluir no cap. I, III "preferencialmente associações, cooperativas, micro e pequenas empresas. Colocada em votação, a proposta foi aprovada por contraste, com 07 abstenções. A conselheira também propôs a alteração de "mercado de trabalho" para "mundo do trabalho" em todo o texto. Votada, a proposta foi aprovada por contraste, com 05 abstenções. Salientou que, em todo o texto, fala-se em trabalho docente e perguntou se é lei, ou se pode ampliar e permitir a participação de servidores técnico-administrativos. O presidente colocou em votação a proposta de trocar em todo o texto "professores" por "servidores". A proposta foi aprovada por unanimidade. A pró-reitora Gisela Duarte lembrou que os servidores precisam estar ligados a uma coordenação de curso. Quanto ao encaminhamento, a pró-reitora salientou que está sendo mantido o mesmo fluxograma de outras instituições, confirmando que o diretor-geral será o responsável pelo encaminhamento da documentação à PROEX. Em relação ao plano acadêmico (o que vai ser desenvolvido no projeto), a pró-reitora disse não ter proposto modelo para não engessar; que seria o plano utilizado pelo curso, o que não impede que a CAMEX elabore um modelo. O presidente colocou em votação o



regulamento da empresa júnior, com as alterações propostas nesta reunião. A proposta foi aprovada por contraste, com duas abstenções, tendo os conselheiros Álvaro Nebel e Daiani Luche justificado o voto, nos termos a seguir, em documento anexado ao material da reunião. Álvaro Nebel: "Abstenção - os assuntos são discutidos em várias instâncias, com todos os servidores e, por fim, o documento final é alterado no CONSUP. Entendo que as discussões nos câmpus são inócuas." Daiani Luche: "abstenção - ficou claro nas falas que o assunto não foi fechado com a comunidade dos campus. Não me sinto a vontade para aprovar o regulamento. Obs: A comissão não fechou o regulamento com os componentes segundo o depoimento de 2 membros do campus Pelotas (sic)." O conselheiro Antônio Genz falou da importância destes empreendimentos cooperativados contra a visão do "eu" como empresário de si mesmo. O conselheiro Tales Amorim disse que é preciso identificar razões por que chegam no CONSUP assuntos já discutidos, que deveriam apenas ser aprovados ou não e são feitas alterações; que talvez seja preciso refletir conjuntamente se os caminhos democráticos e as consultas estão sendo feitas da mesma maneira, talvez sejamos atropelados pelo tempo, pelos prazos; precisamos ver como fazer para sermos menos atropelados e para que as discussões sejam de fato mais efetivas. A pró-reitora Gisela Duarte disse que talvez se deva pensar na dinâmica das comissões, que talvez seja preciso cobrar do representante da comissão que traga a resposta dos seus pares em forma de documento. Exemplificou com o CaVG, cujo documento foi encaminhado à PROEX, com a observação de que as sugestões constantes eram do grupo. O presidente lembrou que o CONSUP é a instância superior, que a discussão no câmpus é anterior, mas que o Conselho tem competência regimental para fazer considerações e propor alterações. Disse que não costuma trancar pautas e que por respeito a quem encaminhou, todas são submetidas à apreciação e votadas, com respaldo de todos os conselheiros. A conselheira Daniela Curcio apresentou o **Manifesto pelo fortalecimento do ensino médio integrado e contra a reforma do ensino médio**, aprovado por contraste, com 01 abstenção. O conselheiro Milton Almeida falou sobre o **estabelecimento de prazo limite máximo para mandato de coordenadores de curso e áreas**. Disse entender que o assunto deve ser discutido quando da revisão dos regimentos internos de cada câmpus; que o regimento do câmpus Pelotas não estabelece limites, remetendo o assunto à OD, que também não faz restrições; que o encaminhou como pauta por insistência dos colegas, com o objetivo de que cada câmpus abra um seu âmbito discussão para ver a melhor maneira de definir o mandato dos coordenadores; que está encaminhando ao seu diretor proposta para que o assunto seja discutido na revisão do regimento. O conselheiro Francilon Simões lembrou que, às vezes, não há pessoas dispostas a assumir coordenações, principalmente em câmpus pequenos, por isso estabelecer limites preocupa. O presidente ratificou que o período de revisão dos regimentos é propício para que seja feita esta discussão. O conselheiro Antônio Genz falou sobre **ajuda financeira a servidores não estáveis para pós-graduação**. Relatou o encaminhamento de colega que disse que, em momento anterior, o IFSul disponibilizava ajuda financeira, e que agora não o faz, para servidores que ainda não completaram o estágio probatório. O pró-reitor Nilo Pozza disse que hoje há essa limitação por decisão de gestão tomada no passado e que consta em instrução normativa nº 2/2018 e também no edital de apoio financeiro; que, sendo decisão de gestão, pode ser modificado, havendo disponibilidade orçamentária; que o que a legislação impede hoje, é o afastamento para os técnicos-administrativos em estágio probatório. O presidente propôs que a PROGEF faça estudo visando à alteração dessa normativa. Entrou em discussão a **criação de observatório de concursos**. O conselheiro Antônio Genz disse que concursos são estratégicos e neurálgicos para o IFSul e que, sendo elaborador novo, seria chamado para participar de workshops com quem tem mais experiência, também para discutir o tipo de prova a ser feita, o que não aconteceu, sugerindo que isso passe a ser feito. Disse ter ficado surpreso com a quantidade de alterações nos gabaritos, o que prejudica os candidatos que estão bem preparados e também o IFSul, embora na prova elaborada por ele não tenha havido problemas. Considerou que o concurso em andamento no seu câmpus está em colapso, pois apenas 4 candidatos foram selecionados para a prova prática didático-pedagógica, de um total de 70/71 candidatos. Sobre resposta aos recursos, considerou importante que as respostas dadas pelos elaboradores sejam revistas por servidor que não os conheça e que dê um parecer final. Lembrou que no último edital foi discutido edital para banca, o que considera interessante; sugeriu que as bancas sejam formadas



por bancas que mesclam integrantes sem ou com pouca experiência no processo e integrantes com experiência; questionou critério que indicou servidor com um ano na instituição a participar de elaboração de prova. A conselheira Maria Regina Lima disse que vem brigando há muito tempo para que aconteça o edital e a capacitação, mesmo que a distância e solicitou criação de comissão para estudar o assunto. Sobre o concurso mencionado pelo conselheiro, disse ter sido realizado num tempo muito exíguo. O conselheiro Francilon Simões disse faltarem critérios, principalmente em relação a quais vínculos são impeditivos a servidores para a elaboração de provas ou participação da banca de avaliação didático-pedagógica; manifestou preocupação com alguma interferência que possa acontecer do MP em relação ao concurso para 37 vagas que deverá ser homologado agora, inclusive porque há muitos comentários externos de que os concursos do IFSul não são sérios. O conselheiro Nelson Marques lembrou que o assunto já foi discutido no Consup realizado em Sapucaia, quando ficou definido criar-se a comissão para tratar do assunto. Salientou a importância da revisão, destacando que o servidor não pode levar a prova para revisar em casa, porque ele deve resolver todas as questões e muitas vezes a prova é desproporcional ao tempo definido para sua elaboração. Defendeu a existência de setor bem treinado para fazer a revisão de cada área, para evitar as falhas conceituais percebidas nas provas. O conselheiro Fabian Carbajal disse que faltam alguns princípios como isonomia, todos os professores têm condições para elaborar provas, o importante é a clareza dos critérios. Defendeu a criação de comissão para avaliar todo o processo, o treinamento e a formação; bem como a necessidade de definir o perfil de prova e o perfil de professor que se deseja. Sugeriu discussão entre os diretores-gerais e o DES. O presidente disse que chegaram vagas para o IFSul em fevereiro do ano passado, foram distribuídas; quando assumiu pediu para a DES lançar os concursos, mas teve o problema do edital de remoção; que foi obrigado a lançar até o final de dezembro para não perder as vagas, por isso algumas coisas foram atropeladas. Disse ser muito difícil encontrar professores que queiram fazer parte de banca de concurso; que o edital foi para rua faltando revisor; que precisa um comprometimento maior; agradeceu os que se propuseram a trabalhar no processo. Sobre a fala do conselheiro Francilon Simões disse ter conhecimento de servidores que saíram da banca ao terem conhecimento de que parentes iriam participar do concurso e se houver alguma situação pontual deve ser denunciado diretamente ao reitor, para intervir; que não aceita ouvir que nossos concursos tenham problemas, se houve ou há alguma situação irregular, vamos corrigir. Lembrou que em dezembro falou na criação de comissão para realinhar concursos públicos, mas na ocasião a DES estava sobrecarregada com concursos e processo seletivo e não tinha como conduzir tal comissão; que não é uma discussão simples, envolve outras questões, como a lei de criação dos institutos estabelecer o código de ética do servidor público apenas para os técnicos, que a comissão será criada em abril e espera que para o próximo concurso já esteja em prática alguma alteração advinda das discussões. O conselheiro Fernando Gutierrez abordou o **Relatório das CPAs locais**, solicitando que os representantes das comissões entreguem os respectivos relatórios, uma vez que o prazo já venceu. O presidente destacou que devem ser entregues ao INEP até 31 de março e cobrou do câmpus Santana do Livramento o envio do documento. O pró-reitor Nilo Pozza apresentou o **resumo do trabalho da comissão que trata do afastamento dos servidores técnico-administrativos**. Disse que em 08/03 foi realizada a primeira reunião, quando foi apresentado e compartilhado material de outras instituições que já têm regulamento, mas não houve nenhuma deliberação significativa; que foi criado um GT no WhatsApp com todos os participantes para trabalharem remotamente; hoje foi encaminhada proposta elaborada pela CODEPE para servir de modelo; que a intenção é não pedir prorrogação de prazo, apresentando o documento para apreciação do CODIR e CONSUP antes dos 06 meses previstos. A pró-reitoria Daniela Volz colocou-se à disposição para esclarecimento sobre a proposta do **Regimento da Câmara de Administração e de Planejamento**, explicando que foi construído com a participação dos diretores de planejamento dos câmpus. Não havendo destaques foi aprovado por maioria, com 03 abstenções. A diretora Carla Pires apresentou o **Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI**. Informou que as únicas alterações a serem feitas no documento referem-se aos dados financeiros do câmpus Lajeado, que serão incluídas hoje, se o conselho autorizar. O presidente salientou que não existe o recurso, mas precisa constar do plano, por ao caso de o recebermos. Colocado em votação, o PDTI foi aprovado por



maioria, com 01 abstenção, incluindo os dados do câmpus Lajeado. A diretora Carla Pires explicou que o câmpus Camaquã solicitou incluir representantes docentes no Comitê Gestor de Tecnologia da Informação - CGTI. Disse que é composto por 02 representantes da gestão, a vice-reitoria, que é a presidente do Comitê, a diretora da DTI, todos os câmpus têm representante da DTI e 03 diretores-gerais. O conselheiro Tales Amorim salientou que o câmpus pede, além da inclusão de docentes da área da computação, que o PDTI não seja votado hoje. A diretora Carla Pires manifestou-se contrária às solicitações e explicou que a não aprovação inviabiliza qualquer tipo de aquisição e contratação de bens e serviços; com relação a docentes da área, a justificativa é que questões pedagógicas e didáticas são também tratadas na elaboração do documento, mas a área técnica é respaldada por servidores da área técnica, então os docentes não precisam ser da área de TI. O presidente disse que o PDTI já foi votado. O conselheiro Tales Amorim disse ter entendido que a votação teria apenas para as inclusões de Lajeado. O presidente propôs que o grupo faça a proposta de inclusão de docentes no CGTI e a encaminhe ao CONSUP. Em respeito ao mal-entendido sobre a votação, o presidente propôs nova votação do PDTI, que foi aprovado por maioria, com 02 abstenções. O conselheiro Fabian Carbajal posicionou-se contra a inclusão de docente da área por considerar uma sobreposição, já que o docente quer opinar sobre a proposta do colega. Os conselheiros Marlise Vitcel e Emanuel Queiroga ratificaram a posição do conselheiro, dizendo que a construção do PDTI teve sim a participação dos docentes. A diretora Carla Pires disse que as demandas vêm de todos os setores dos câmpus, não são restritas à docência. O presidente não vê problemas em colocar um maior número de representantes no Comitê e sugeriu que o CGTI traga proposta no próximo CONSUP. A conselheira Marlise sugeriu que se houver nova proposta seja trabalhado com o termo "usuários", permitindo a inclusão de alunos. O presidente colocou em votação as duas propostas: 1) manter a composição atual do CGTI; b) DTI apresentar, em próximo CONSUP, nova proposta de composição, acrescentando mais representantes. A segunda proposta foi aprovada por maioria, com 09 abstenções. O servidor Adriano Rodrigues apresentou a versão final do **Relatório de Gestão**, após confirmar as considerações feitas. Colocado em votação, o documento foi aprovado por unanimidade e será encaminhado ao TCU. A diretora Ana Paula Silva apresentou a **Avaliação do Planejamento Anual 2017**, aprovado por maioria, com 03 abstenções. Dando continuidade, a diretora Ana Paula Silva falou sobre o **Planejamento Anual 2018**. Explicou que para este ano houve uma alteração de metodologia, em que é dividido em ações: sistêmicas, de TI, de obras e das unidades, como já era feito anteriormente; que há uma ressalva no plano de TI, que é todo baseado no PDTI e a alteração do câmpus Lajeado deverá também ser feita no Plano de TI de Lajeado, com permissão do Conselho. Colocado em votação, o Planejamento 2018 foi aprovado por unanimidade. A seguir, a diretora Ana Paula Silva falou sobre a **criação de FCC para o câmpus Sapiranga**, destinada ao curso Técnico de Eletrotécnica – integrado, modalidade EJA. Sem destaques, foi aprovado por maioria, com 02 abstenções. O pró-reitor Guilherme Rostas propôs a **alteração do POV do câmpus Passo Fundo**, extinguindo a oferta de vagas no curso Técnico em Informática – subsequente, a partir de 2018/2 e incluindo a oferta de 20 vagas para o curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática – subsequente – ingresso semestral, noturno. A proposta foi aprovada por unanimidade. A seguir, o pró-reitor Guilherme Rostas apresentou o **Plano Estratégico Institucional de Permanência e Êxito do Aluno**. Explicou que a minuta foi apresentada no final da gestão anterior, que a Câmara de Ensino estudou o documento, mas manteve a autoria por respeito à gestão passada; já está sendo articulado o processo para colocar em aplicação os instrumentos postos no Plano. Colocado em votação, foi aprovado por maioria, com 02 abstenções. O pró-reitor apresentou um **Resumo do trabalho da comissão de aperfeiçoamento da RAD**. Explicou a criação de espaço no moodle da reitoria para a comissão, onde estão disponibilizados todos os documentos e ações, mas que qualquer pessoa pode acessar como visitante, para garantir a transparência; disse que a Câmara de Ensino pediu que os chefes de ensino façam parte da comissão porque estão diretamente envolvidos nesse trabalho. O representante do câmpus Gravataí pediu permissão para não participar, em função do volume de trabalho; quanto às reuniões entende que deve haver 02 mensais nos câmpus e 01 na comissão central /reitoria. Dia 13 próximo haverá reunião desta comissão e pediu que os câmpus mandem apenas um representante. Disse que houve questionamento sobre o atendimento ou não da Portaria



17, mas é preciso segui-la pois é uma portaria normativa de um órgão superior a nós; que membros da comissão colocaram que existem dispositivos na referida portaria que conflitam com a LDB. Ficou acordado que, se comprovada a inconsistência, será seguida a lei maior. Em relação ao tratamento a docentes que lidam com alunos portadores de deficiência, a comissão sugere ao CONSUP um tratamento diferenciado, desde que essa interação exija horário específico para atendimento. Foi pedido à DDI um estudo sobre alteração de um item na planilha que resulta no plano de atividade docente para que os docentes que hoje atuam como supervisores, orientadores, etc. tivessem respaldados no art. 26 do regulamento o tratamento garantido de não cobrar mais carga horária, em caso de câmpus não demandar carga horária para o docente, mas o decreto que trata do assunto leva a outro entendimento, ficando acertado com a DDI que a comissão deveria estudar melhor a forma de ajuste; que as comissões dos câmpus deverão encaminhar sugestões artigo por artigo; que está agendando reuniões virtuais com todos os câmpus, horário exclusivo para cada um; que a diretoria da DTI informou que SUAP tem módulo específico, análogo à planilha, para acompanhar o regulamento. Informou o link de acesso: reitoria.ifsul.edu.br. O presidente pediu aos diretores que divulguem e peçam a participação dos docentes nesse trabalho de revisão da RAD. O conselheiro Guilherme Rostas disse que os representantes que participam das reuniões devem fazer resumo das mesmas para divulgar aos demais. Disse existir parecer da DAI dizendo que há tratamento diferenciado, mas tem que ser acompanhado pelo plano e este tem que estar registrado na instituição para comprovar que aquele professor precisa um tempo a mais para lidar com o aluno. Entrou em pauta o **Tratamento para docente com aluno com deficiência**. A conselheira Marlise Vitcel disse que o câmpus tem vários alunos PCD, diversas deficiências, por isso propõe adotar imediatamente nas atividades de ensino da RAD uma linha extra para registro de preparação de aulas e material didático, outra linha, pois esta limita a 14 horas, e incluir no § 4º do art. 8º que o professor pode alocar 1 hora a mais por aluno PCD, até o limite de 4, desde que essas horas não sejam limitadas pelo art.19. O conselheiro Emanuel Queiroga questionou o termo tratamento, que soa mais como preconceito. O conselheiro Milton Almeida relatou experiência, para ratificar que, muitas vezes, o atendimento a um aluno PCD corresponde a ter mais uma turma regular, pelo que exige de atendimento extraclasse, de material especial, de adaptações, da necessidade de o professor se qualificar durante o trabalho; por isso concorda com a proposição da conselheira. O conselheiro Emanuel Queiroga disse concordar com o conselheiro Milton Almeida, que o questionado por ele é a palavra "tratamento". A conselheira Marlise Vitcel disse que isso é o que o câmpus precisa com urgência e sugeriu que, para a próxima versão da RAD, os NAPNEs façam discussão mais aprofundada sobre essas questões. O conselheiro Mack Pedroso disse que o NAPNE do câmpus tem uma sala de atendimento aos docentes; queria destacar que essa sensibilidade também se baseia na legislação; que esse Conselho deveria apoiar junto à reitoria um pedido de vagas via MP, que tanto nos demanda, especificando a necessidade de docentes para atendimento a classes especiais. Disse que hoje remendamos ações, mas, para atender de fato precisamos cobrar as condições que a lei nos impõe. O conselheiro Tomaz Souza disse que um bom parâmetro seria o plano de ensino, que poderia ser elaborado outro plano, acrescentando 1 hora a mais, quando a turma tem aluno PCD. O conselheiro Álvaro Nebel relatou a experiência maravilhosa do câmpus, que ao receber aluno surdo despertou o interesse de servidores e alunos aprenderem LIBRAS; teve um aproveitamento excelente e ótima integração; mas concordou com o conselheiro Milton Almeida; disse que antes de começar o ano letivo tiveram 01 semana de capacitação com todos os professores envolvidos; que a turma precisa ter no máximo 20 alunos, com classes dispostas em círculo; que foi necessário desenvolver projeto de português para não ouvintes e um em LIBRAS; que tem gerado sobretrabalho para docentes e técnico-administrativos; que não sabe se o legislador ao criar as leis de inclusão tem o alcance para dizer o que se deve fazer, pois as instituições não são providas dos recursos necessários para atender PCD; que é preciso definir quais deficiências são contempladas na definição de PCD; que aluno com déficit de atenção ou transtorno neurológico, também é PCD. Disse que seu orçamento é onerado em 10% com a contratação de intérprete de LIBRAS; que para colocar isso na RAD tem que ser bem discutido, inclusive com os profissionais dos câmpus que atuam com PCDs além dos NAPNEs (psicólogo, orientador), pois talvez coloque os professores no limite da carga



horária. Gostaria que a discussão continuasse sendo feita. O conselheiro Cristian Conceição disse ser importante quantificar aqueles casos que não são laudados como PCD. Sugeriu consultar a servidora Rosane Bom na discussão da RAD, que ajudaria muito. O conselheiro Max Gonçalves relatou experiência extrema de inclusão com aluno com paralisia cerebral, que é necessário quantificar o tempo de atendimento, porque são PCDs diferentes; que no último vestibular entraram 5 PCD; que a equipe multidisciplinar do câmpus pode dizer a necessidade de horas a mais para atendimento a cada aluno. O conselheiro Carlos Corrêa disse que sua maior preocupação é a inclusão em si, que talvez isso seja uma falsa inclusão; que tem aluno PCD de curso técnico em Eletromecânica que, em dado momento, vai precisar operar uma máquina operatriz e perguntou que acompanhamento o professor vai ter no momento de desenvolver o trabalho com este aluno; que já conversou com a Rosane que está à frente desse processo, mas nota que ela está sozinha à frente do trabalho da inclusão, embora tenha acompanhamento da PROEN; que o câmpus Pelotas tem 16 novos além dos 2 que já existiam, mas que tem 5000 alunos com índices diferenciados de deficiência, TDH, dislexia, e como fazer esse trabalho paralelo, e se preocupa ao tratar apenas com a inclusão de horas a mais na RAD, que é algo muito maior, que é a inclusão mesmo. O conselheiro Francilon Simões manifestou-se sobre considerar-se uma turma a mais, que um dos problemas que a comissão que discute a RAD tem encontrado é justamente estourar a carga horária; que todos os docentes devem participar das discussões nos câmpus com a comissão da RAD, porque cada um tem sua particularidade, e deve ser trazida para a comissão central para a busca de soluções, pois não resolve depois só ficar apontando os problemas; que é preciso lembrar que a RAD é construída para todo o instituto e os câmpus têm situações muito distintas. O presidente encaminhou duas propostas; 1) não mexer no texto atual da RAD, aguardando o trabalho da comissão. 2) mexer na planilha atual da RAD para atender PCD. O conselheiro Mack Pedroso esclareceu que seria acrescentar, não mexer no texto. A proposta 1 venceu por contraste, com 05 abstenções. Entraram em discussão as alterações de POV. A primeira alteração se refere a oferta de 3 cursos TSIAD, que houve sobra de recursos de edital antigo liberando 100 vagas, uma parte destinada ao polo de Gramado, subordinado a Pelotas, e as outras foram negociadas, ficando 25 para Camargo, subordinado a Passo Fundo e 25 para o polo Sapiranga vinculado ao câmpus Sapiranga. A segunda alteração é a inclusão para 2019/1 do TSI, presencial, 32 vagas, noturno, 1 turma por ano. O conselheiro Cristian Conceição explicou ser o primeiro curso superior gratuito na região do vale. Colocadas em regime de votação, as alterações foram aprovadas por maioria, com uma abstenção. A pauta a seguir foi a ratificação da **FAIFsul e do seu relatório 2016**, exigida pelo MP. O presidente explicou que os documentos já foram aprovados pelo Conselho. Colocada em votação, foi aprovada por maioria, com 05 abstenções. O conselheiro Diego Lima pediu a inclusão de "vagas sobressalentes para capacitação de docentes". O presidente lembrou que ainda não foi discutida a alteração regimental do câmpus Pelotas. Não havendo quórum qualificado para votação e descartada a possibilidade de fazer uso de portaria *ad referendum*, e considerando que a revisão do regimento interno do câmpus Pelotas está em discussão, o assunto deverá ser incluído nesse documento. Sobre a proposta do conselheiro Diego, será incluída na próxima reunião. O conselheiro disse que às vezes sobram vagas por falta de inscrição e somando todos os meses em que isso ocorre fecha um período de 42 semanas sem utilização desse espaço para capacitação; que trouxe 2 sugestões: que as vagas entrassem posteriormente para que os candidatos não classificados pudessem recalcular a nota entre eles e que tivessem direito de usar uma dessas vagas para afastamento; indo para outro câmpus, no próximo edital seja devolvida a vaga. Outra possibilidade seria isso acontecer de forma semestral, pois há possibilidade de que em 6 meses um servidor complete o curso. Gostaria que PROPESP e PROGEP analisassem o que é legal dentro dessa proposta, porque isso se constitui perda de capacitação para o IFSul. O presidente solicitou que as pró-reitorias façam o estudo e lembrou que não é apenas o lado do professor, mas também o do câmpus, que tem o seu percentual e também a questão didática, pois tem o número limite de substitutos. A PROPESP avisou que segunda-feira sairá edital de curso FIC para atender alunos que se formaram mas querem continuar nos seus projetos. Informou que na véspera saiu edital para selecionar editores para comporem conselho editorial da gráfica IFSul. O presidente pediu aos diretores que procurem fazer grupos com seus pares para discutirem a pauta, trazendo para o Conselho uma ideia que retrate



a posição do câmpus. Nada mais havendo a tratar, eu, Stela Marina Nunes de castro, digitei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelos presentes.

Quarteiro

Sulany

enf

h.f.h

a l.u.z

Rops

Paula de F. Lima

W. Almeida

H.2

R.R.D

F. Hermann

F. Hermann

C.D.

A

deleio

de Jude.

W. de

A

de

S.S.

Bláudio R. S. de

Francisco Lima Simões

Luiza Viana

Vitor de Almeida

Ranoldo Tavares

Tomaz Fante de Souza

W. de

de

38

de

de

Leonardo Giacinto de Almeida

de

de

Gabriel Luis Mendes

Marlene Siqueira Vitor

de

Tomaz R. da Silva